

## **Vulnerabilidade: entre o bem e o mal<sup>1</sup>**

Lylian RODRIGUES<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP

### **Resumo**

O artigo busca responder algumas questões materiais e contextuais da reflexão sobre o vulnerável social. Esta *categoria* envolve um debate histórico e cultural, que concerne à política, na sociedade da midiatização. Para isso, elencamos a tecnologia e, principalmente, a linguagem como aspectos investigáveis, nas políticas públicas e sociais. Apresentam-se indicadores do que é a vulnerabilidade social e a aparição do termo em textos públicos, assim como em comentários nas redes sociais. A linguagem e a tecnologia podem ser matérias de conquista, sedução ou redução sobre empoderamentos, emancipação política e liberdades.

**Palavras-chave:** vulnerabilidade; cidadania; audiovisual; youtube; comunicação.

### **Introdução**

O interesse está em torno dos chamados vulneráveis sociais, que são os beneficiários das políticas públicas da gestão do governo, do setor privado ou da sociedade civil organizada. A investigação é um modo de reivindicar sobre a visibilidade e a participação desse público, na comunidade, com base em questões levantadas sobre lógicas e ordenamentos, tecnologias inclusivas, deslocamentos, qualidades estéticas e inserção político-social. Neste artigo, há tentativa de focar sobre os aspectos da linguagem, acesso à internet e conseqüências sobre os discursos de empoderamento, emancipação ou liberdades políticas.

A experiência que me levou ao problema da inserção social do vulnerável social está relacionada ao trabalho (2007-2009) em duas organizações sociais: Obra Social do Imaculado Coração de Maria (OSICOM) - uma Organização Não Governamental da sociedade civil e religiosa organizadas, no bairro Passo das Pedras, em Porto Alegre- e na Central Única das Favelas (CUFA/RS), com sede no Morro Santa Tereza, em Porto Alegre, organizada nacionalmente para promover ações para inserção de negros e jovens nas práticas socioculturais e nas políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora no curso de Jornalismo da Unifap, email: [lylian.rodrigues@gmail.com](mailto:lylian.rodrigues@gmail.com)

Os projetos, em ambas as instituições, eram financiados por governo e empresas privadas. No caso da OSICOM, também instituições religiosas nacionais e internacionais constituíam o fundo de pagamento dos profissionais e da estrutura física. Na CUFA/RS, existia um trabalho majoritariamente voluntário, enquanto os financiamentos se voltavam para as estruturas de eventos ou crescimento da organização na região metropolitana.

O público das duas organizações era o chamado *vulnerável social*. Na primeira instituição, um público carente de serviços do governo e também tratado como “pobrezinho”, dentro de uma perspectiva da caridade cristã. Na segunda, era o negro da favela, excluído das melhores oportunidades de educação e trabalho, que se promovia e empoderava com uma “cultura própria”, o *hip hop*, que invadiu as ruas do asfalto. As atividades tinham finalidades esportivas, culturais, educativas ou da promoção do trabalho.

O esporte, a cultura e a educação representavam, para a primeira, uma conquista de direitos da criança e do adolescente, no Estatuto da Criança e do Adolescente, disposto na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Para a segunda, tratava-se de uma oportunidade para o jovem periférico e negro ocupar diferentes postos de trabalho, melhores condições salariais, usufruir o espaço da rua como espaço social e também garantir a efetivação de direitos humanos, de trabalho, de lazer, de educação e de expressão, previstos na Constituição Federativa do Brasil, entre outras disposições.

Após dois anos, surgiram questões oriundas das oficinas de comunicação, propostas como intervenção e transformação social, através do exercício de cidadania e práticas culturais como elementos de conscientização e mudança das desigualdades. Tais elementos eram constituídos e constituintes de uma realidade processada midiaticamente, pensando-se como dispositivos de mudança a protagonização da periferia e a apropriação da tecnologia. Com estas primeiras questões, fica evidente o interesse pelo conhecimento sobre a emancipação política do sujeito e a integração às tecnologias de comunicação como parte transformadora desse processo.

Neste artigo apresento as primeiras reflexões dessas questões, que recaíram sobre a linguagem, especialmente. Ela evidencia materialidades condicionantes do sujeito denominado vulnerável social, incidindo sobre um papel ou uma posição social que deslegitima a experiência e o discurso desse setor por algumas determinantes sociais. Em seguida, um breve apontamento sobre o acesso à tecnologia busca abranger condições sociais dos processos sociotecnológicos.

## Vulnerabilidade Social

“Vulnerabilidade: refere-se a estado de pessoas ou grupos, que por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido.” (BRASIL, 2007, p. 89). Outro modo de compreender vulnerabilidade está no próprio dicionário: aquele que pode ser ferido; sujeito a ser atacado, derrotado, prejudicado ou ofendido. Neste conjunto de entendimentos do termo, a noção de vulnerabilidade sempre compreende como confluência de probabilidades ser ferido ou lesionado por constituir-se um lado frágil, desamparado, débil, indefeso, sem capacidade de autodeterminação e autonomia.

A Fundação SEAD - Sistema Estadual de Análise de Dados -, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento regional do Estado de São Paulo, publicou os parâmetros socioeconômicos que definem vulnerabilidade e risco: famílias chefiadas por mulheres que não têm cônjuge e com filhos menores de quinze anos em casa; crianças do sexo feminino entre dez e quatorze anos, que tiveram filhos; adolescentes do sexo feminino entre quinze e dezessete anos, que tiveram filhos; crianças nessa faixa etária que trabalharam em todos ou em parte dos últimos doze meses; crianças em domicílios com renda *per capita* menor que R\$ 75,50.

Assim, a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, central nas medições baseadas em linhas de pobreza, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas etc. (FUNDAÇÃO SEAD, 2010, p. 8).

A Fundação dividiu o grupo de vulnerabilidade em seis, classificando-os desde *nenhuma vulnerabilidade* até *muito alta*. Abaixo, algumas caracterizações de dois dos seis grupos:

*Grupo 1 – Nenhuma Vulnerabilidade:* engloba os setores censitários em melhor situação socioeconômica (muito alta), com os responsáveis pelo domicílio possuindo os mais elevados níveis de renda e escolaridade. Seus responsáveis tendem a ser mais velhos, com menor presença de crianças pequenas e de moradores nos domicílios. *Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta:* o segundo dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e

presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza.

É possível perceber, nesses indicadores do governo do estado de São Paulo, a íntima relação da condição vulnerável à pobreza associada à condição de renda, escolaridade e juventude. Tais condições são vinculadas, na pesquisa da SEAD, à desproteção e ao desamparo institucional dos cidadãos pelo Estado. A publicação Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas, da UNESCO, sustenta que a violência sofrida e praticada pela juventude possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade social em que se encontram os países latino-americanos, sendo a vulnerabilidade tratada pelos autores como o resultado negativo da ligação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos indivíduos ou grupos.

O não-acesso a determinados insumos (educação, trabalho, saúde, lazer e cultura) diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade para ascender socialmente. (ABRAMOVAY, 2002, p. 32).

Difíceis condições socioeconômicas entrariam em conflito com os processos de integração social e, em algumas situações, fomentariam o aumento da violência e da criminalidade. A situação de vulnerabilidade é a da desvantagem, especialmente sobre a renda, o trabalho e a educação. Recortamos alguns textos de programas de inclusão, desenvolvimento ou promoção social do governo, assim como em editais de institutos ou empresas privadas para financiamento ou realização da responsabilidade social:

[2012] O projeto Criança Esperança está com inscrições abertas para receber projetos de instituições que serão selecionadas pela UNESCO para receber, ao longo de um ano, recursos para desenvolver projetos sociais. Os projetos apresentados devem ter como objetivo principal promover a inclusão social, o empoderamento e o desenvolvimento humano e social e a educação inclusiva de grupos vulneráveis por meio de ações de educação, cultura, comunicação e informação, esporte e meio ambiente<sup>3</sup>.

[2013] As ações do Projeto Por Uma Juventude Cidadã contemplam: Estimular ações educativas de preparação para o mundo do trabalho, geração de renda e empreendedorismo juvenil; Intensificar as ações sócio-educativas de prevenção e combate à drogadição; Contribuir para a formação integral dos jovens, estimulando-os em atividades inovadoras de esporte e cultura; Promover a melhora do

<sup>3</sup> <<http://www.captacao.org/recursos/editais-abertos/565-crianca-e-esperanca-seleciona-projetos>>.

desempenho escolar dos jovens com atividades de reforço escolar; Contribuir para a redução da exclusão social através do acompanhamento escolar; Intensificar as ações de educação socioambiental; Contribuir com ações que contemple a construção, manutenção e ampliação de espaços físicos e aquisição de material permanente<sup>4</sup>.

[2013] A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Políticas Programas e Projetos, torna público Edital de seleção para (...) fortalecimento das redes sociais de prevenção e enfrentamento à violência, bem como a promoção do atendimento aos adolescentes e jovens com idade entre 15 e 24 anos que estejam em situação de vulnerabilidade familiar e social ou de violência<sup>5</sup>.

[2012] Focado no desenvolvimento sustentável das comunidades, o Instituto HSBC Solidariedade apóia iniciativas que reduzem a vulnerabilidade social e contribuem para o desenvolvimento socioambiental de comunidades. Os projetos apoiados promovem a geração de renda e o trabalho através da troca de tecnologias sociais e do fortalecimento de negócios inclusivos (...) O recurso proveniente das doações mensais dos clientes e do repasse de parte da receita obtida pelo HSBC com o cartão (taxa interchange)<sup>6</sup>.

Em 2011, um grupo de alunos de Comunicação e Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco participou de um exercício de pesquisa, no processo desta investigação. A tarefa foi procurar duas informações - apresentação e atividades – sobre qualquer projeto social que eles desejassem trazer para partilharem conhecimento em sala de aula. Os dezenove alunos procurariam qualquer projeto, realizado por organização ou civil, ou governamental, ou privada. Esses alunos poderiam estar envolvidos com as instituições ou não, conhecendo ou não as pessoas envolvidas no trabalho. As organizações poderiam ser de qualquer região brasileira; os projetos poderiam vir de referências midiáticas massivas, ou não. Não havia um critério específico; a amostra vinha da diversidade e aleatoriedade.

A maioria dos projetos concentrava esforços sobre o mercado de trabalho, com cursos profissionalizantes ou na educação para geração de renda, com fins de inserção social por meio da qualificação do trabalhador ou jovem. O financiamento dos projetos sociais provinha de diferentes fontes: governo, empresas privadas e instituições religiosas. Estes três segmentos visavam cumprir ou o papel do Estado como protetor social, ou a responsabilidade empresarial com a sociedade, ou a assistência solidária ao humano.

---

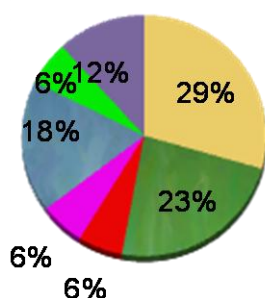
<sup>4</sup><[http://www.sesirs.org.br/sesieducacao/atuacao\\_sesi\\_educacao.asp?idArea=1399&idSubMenu=1848&idSubSubMenu=1885&idSubSubSubMenu=2514](http://www.sesirs.org.br/sesieducacao/atuacao_sesi_educacao.asp?idArea=1399&idSubMenu=1848&idSubSubMenu=1885&idSubSubSubMenu=2514)>

<sup>5</sup><<http://www.proex.ufes.br/?q=node/247>>.

<sup>6</sup><<http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/sustentabilidade/investimento-social/selecao-de-projetos>>

Dentre as diversas atividades, nesse caso, algumas acumulando mais de um objetivo, encontrou-se a seguinte representação:

- Mercado de Trabalho
- Educação
- Arte Educação
- Esporte
- Arrecadação e Doação
- Proteção aos direitos
- Saúde



**Figura 1 – Distribuição de Atividades**

Fonte: Elaborado pela autora e alunos do estágio docência

### **O Bem-Estar**

No cenário da democracia brasileira, com o intuito de resolver os problemas sociais, especialmente com o objetivo de erradicar a pobreza e a exclusão social, em 1995, foi criada a Comunidade Solidária - um programa de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O princípio era de um trabalho de parcerias, como uma ideia da construção de uma rede social, estatal e privada para o debate e as soluções dos problemas sociais no país. Outros programas deram continuidade a esse, em governo seguinte. No governo Lula (PT), o programa Fome Zero seguiu parâmetros muito semelhantes, arrecadando e distribuindo alimentos, mobilizando inúmeras pessoas para beneficiar os *carentes*.

Todo programa exige uma quantificação do público-beneficiário. No caso de um programa desta natureza, é importante ter uma estimativa de quantidade da população brasileira em carência alimentar ou em situação vulnerável a ela (PROGRAMA FOME ZERO, 2001, p. 69 *apud* RIBEIRO, 2007, p. 177)

O governo, então, insere a sociedade de civis e organizados na prática da política pública. Ele distribui financiamento para a execução dos projetos, especialmente nos anos 80 e 90, quando proliferaram as Organizações Não Governamentais e o Terceiro Setor.

As Organizações Não Governamentais (ONGs) já haviam se firmado como solução para problemas sociais, e então o conceito de Terceiro Setor se amplia para além delas, privilegiando outros serviços, como associações beneficentes, recreativas, iniciativas das igrejas e o voluntariado (MOTTER, 2006, p. 30-31)

A inclusão proposta pelos projetos sociais e financiada pelas políticas de governo ou empresas privadas prevê acesso aos bens e aos serviços culturais. Entretanto, há aí o paradoxo, no que tange à questão sociocultural: essas pessoas não apenas acessam a uma cultura ou a um bem cultural; elas, da mesma forma, geram, produzem e criam cultura (RODRIGUES, 2009). Não se deve criar política de inclusão, mas de reconhecimento social.

Contradição semelhante encontra-se na filosofia iluminista quando se criou o Estado Moderno. Instalou-se um governo para o povo e pelo povo, mas se destituiu o povo do exercício deste poder por não ter ilustração. “Corresponde no âmbito da cultura uma idéia radicalmente negativa do popular, que sintetiza para os ilustrados tudo o que estes quiseram ver superado, tudo o que vem varrer a razão: a superstição, ignorância e desordem” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 34). Portanto, surge um contrassenso dentro do próprio pensamento iluminista: acredita-se na verdade e racionalidade do humano construindo uma sociedade justa a partir da vontade de todos, mas se está contra o povo em nome da razão.

A sociedade burguesa nos deixa um legado de direitos e desejos sobre propriedade, educação, trabalho e consumo. Elementos organizadores e reorganizadores das interações sociais contemporâneas em suas negociações e vinculações. O Estado do Bem-Estar Social que herda o projeto de emancipação dos movimentos burgueses de um Estado constitucional democrático tem seus limites evidentes.

Nas utopias da ordem, as dimensões da felicidade e da emancipação confluíram com aquelas do incremento do poder e da produção da riqueza social. Os projetos de formas de vida racionais acabaram em uma simbiose ilusória entre o controle racional da natureza e a mobilização das energias sociais. A razão instrumental desencadeada no interior das forças produtivas, a razão funcionalista desenvolvida nas capacidades de organizar e planejar deveria preparar o caminho para vidas dignas do homem, igualitárias e, ao mesmo tempo, libertárias. O potencial das

condições de acordo deveria resultar, por fim e sem cerimônia, da produtividade das condições de trabalho. (HABERMAS, 1987, p. 12).

A emancipação pelo trabalho constitui-se como um símbolo da utopia, apesar de permanecer como medida e referência para o desenvolvimento social e humano. É por meio do salário que se efetiva a participação social, promovendo o trabalho e o consumo. Há um poder de compra envolvido, de aquisição.

Em razão disso, gostaria de precisar minha tese acima: a nova ininteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada. (HABERMAS, 1987, p. 04).

O conceito do trabalho como libertador desloca-se. A emancipação deve passar pela comunicação. Ela aborda não só o acesso à educação, ao trabalho, à propriedade, ao voto, mas também o reconhecimento de criação das próprias representações, as identidades, os gostos, as histórias, as experiências, a arte e as visibilidades. É necessário resgatar os processos políticos em um terreno comunicativo, de vinculações, articulações e trânsitos.

As noções de comunicação, articuladas às noções de estética, devem empenhar-se no estudo das relações de determinação entre os indivíduos e a sociedade. Nestas relações, interessa considerar *o que falam de mim, o que escuto a meu respeito, o que a mídia representa sobre mim*. Entende-se, de modo geral, que os vulneráveis sociais são moradores de rua, crianças órfãs, mendigos, jovens expostos ao mercado do tráfico, apenados, vítimas da exploração sexual e da agressão doméstica, etc. O termo se define, na maior parte das vezes, pela vulnerabilidade aos riscos sociais do desemprego, da exposição à violência ou ao mercado do tráfico. No geral, são condições que reduzem a autonomia do sujeito por limites de renda ou escolaridade, que devem ser providenciadas e normatizadas pelo Estado. Neste caso, logo leva a uma determinação de representação por um outro, já que sua autonomia – expressão de sua liberdade – está reduzida ou ausente.

O termo vulnerável social, ao diminuir a autonomia do sujeito ou acondicionar suas significações sem méritos de vontade própria ou desejos, participa da construção da identidade de carentes, pobres e excluídos que precisam ser incluídos, por sofrerem das privações sociais do emprego, do consumo, da propriedade, do letramento. Os sujeitos vulneráveis sociais são as pessoas atendidas pelas políticas de inclusão social e erradicação



da pobreza, contudo não percebidas como produtoras da própria sociedade que constituem, e sim como um problema social a ser resolvido. Além disso, observou-se, sobre as organizações civis constituídas, um alinhamento à concepção neoliberal do trabalho e do consumo. A inclusão social realiza-se pela qualificação educacional, pelo acesso a bens culturais ou pela inserção no mercado de trabalho.

Evidentemente, a tradição dos oprimidos ou excluídos foi e é regra, ainda. Não há nisso nenhum espanto filosófico ou político. Cabe aqui a responsabilidade em observar a realização dessa construção no processo comunicativo mediatizado e como, por exemplo, a linguagem e a tecnologia podem ser elementos de conquista, sedução ou redução sobre empoderamentos, emancipação política, liberdades ou continuidades e descontinuidades nos processos de transmissão das práticas sociais entre diferentes gerações sociais.

### **O Mal-Estar**

Ao discutir as questões de emancipação política pela tecnologia, mídias sociais ou redes virtuais, tornou-se imprescindível discutir o discurso que envolve a questão. Portanto, a discussão de vulnerabilidade deve passar pelo termo, pois este busca definir pobreza e cidadania, deixando escapar condições históricas da emancipação. O cuidado ou a tutela do Estado, a caridade ou solidariedade dos setores privados deixam escapar dimensões além da renda, educação, saúde, que diz respeito a relações humanas e sociais em que estes sujeitos estão imersos. Por outro lado, o olhar sobre os processos tecnológicos dispõe de uma perspectiva otimista, denotando graus de liberdade, imaginários e memória. Há uma reflexão possível sobre a tecnologia, o simbólico, a produção, a circulação e a recepção como modos de relação comunicacional que instala algum tipo de vínculo com o outro, seja em suas manifestações, expressões, tradições, rituais ou maneiras de comportamento. A emancipação política deve passar pela compreensão da comunicação, em estrutura e ação, assim como pelo território político comunicativo entre particularidades e coletivo.

Sentidos positivistas sobre os avanços e os progressos nas técnicas e nos recursos de comunicação escondem nosso legado de ódio, destruição, violência, e conflito. Comunicação, política e estética evidenciam uma discussão sobre inclusão e vulnerabilidade social que passa não só pela renda, educação e trabalho, mas também pela política das subjetividades; pelo debate sobre *valor* que tem o lugar da ideia de bom e ilustre ou de bem e felicidade; pela discussão das relações de determinação entre a vida

coletiva e as subjetividades, assim como das posições e disposições que legitimam poderes; e, por fim, pela valorização da experiência e do cotidiano.



**Figura 2 – Imagens do vídeo As Gatas do Coque**

Fonte: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)

Selecionei três vídeos produzidos por pessoas que se enquadram no perfil de vulnerabilidade: pobres e moradores da periferia (urbana e regional). São eles: *Gatas do Coque*, bairro Joana Bezerra, do Recife; *Leona, a assassina vingativa*, produção do bairro do Jurunas, em Belém; e, *Stefhany, Absoluta*, trabalhadora rural na lavoura do Piauí.



**Figura 3 - Em cena, Aleijada hipócrita e Leona**

Fonte: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)



**Figura 4 – Imagens dos videoclipes de Stefhany**

Fonte: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)

A partir da leitura de 100 comentários, é possível ter evidências sobre um suposto *senso comum*, retirado de uma opinião pública massiva que aparece disposta no espaço dos comentários, sobre a apreciação dos vídeos. Como resultado das leituras dos comentários, estes foram agrupados por características e classificados como *contra*, por apresentar ofensas, uso de termos vexatórios, obscenos e xingamentos sobre a expressão das pessoas exibidas na tela; *risível*, ora num sentido desfavorável do ridículo e deboche, ora num sentido favorável do espirituoso e divertido; *neutro*, comentários sem adjetivações para qualificar ou desqualificar o material audiovisual; *prós*, caracteriza-se por comentários que defendiam as expressões e as maneiras sensíveis de as pessoas se comportarem e serem diante das câmeras, especialmente como defesa aos comentários agressivos.

	Gatas do Coque	Leona	Stefhany
Contra	55%	18%	55%
Risível	34%	74%	14%
Neutro	5%	3%	1%
Prós	6%	5%	30%

Tabela 1 – Categorias

Fonte: Elaborado pela autora e alunos do estágio docência, em 2011.



milhões de pessoas realizam uma atividade de redes sociais no YouTube (gostam, compartilham, comentam, etc) toda semana (...) Mais de quatro bilhões de visualizações por dia. 72 horas de vídeo enviadas a cada minuto<sup>7</sup>.

No Brasil, o acesso à internet tem índices<sup>8</sup> crescentes. O segundo trimestre de 2012 totalizou 83,4 milhões de brasileiros com acesso à rede, considerando os seguintes locais de acesso: domicílios, ambientes de trabalho, instituições educacionais e locais públicos, como bibliotecas, *lan houses* e *cyber cafés*. Em uma segunda pesquisa<sup>9</sup>, exclusiva em residências e ambientes de trabalho, um único mês (agosto/2012) contabilizou 70,9 milhões de pessoas com acesso à rede, com um tempo médio de conexão de 9 horas e 53 minutos. *Sites* de busca, portais e comunidades (*blogs* e redes sociais) foram os mais acessados pelos internautas brasileiros no período.



**Figura 5 – Pesquisa e Indicadores: Acesso à tecnologia da Informação e Comunicação**

Fonte: Centro de Estudos sobre a Tecnologia da Informação e da Comunicação

(<http://www.cetic.br/pesquisas-indicadores.htm>)

<sup>7</sup> <<http://www.youtube.com/t/press>>.

<sup>8</sup> <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/09/com-mais-de-70-milhoes-de-pessoas-internet-cresce-16-no-brasil.html>>.

<sup>9</sup> <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Sites-de-busca-portais-e-redes-sociais-foram-os-mais-acessados-no-ultimo-mes.aspx>>.

Considerando o território nacional, a proporção somente de domicílios com acesso à internet é 38%, sendo o maior número em área urbana que rural; o Sudeste e o Sul mostram números equiparados entre quem tem e quem não tem, enquanto, no Centro-Oeste, a diferença cresce para quem não tem acesso. No Norte e Nordeste, quase 80% dos domicílios não tem acesso. Em domicílios com renda maior que R\$ 5.450,00 (10 salários mínimos/2011<sup>10</sup>), o acesso é de 94%, enquanto o acesso é de 6% nos domicílios de renda até R\$ 545,00 (01 salário mínimo/2011).

### **Últimas considerações**

É evidente que um grande público se torna visível e acessa o visível do mundo, quando a técnica e a tecnologia são massivamente apropriadas, especialmente rompendo com a concentração midiática das instituições, no que diz respeito à manipulação e distribuição da informação. A mídia torna-se potencialmente uma construção dos indivíduos, em uma rede de relações e interações entre pessoas – da concentração urbana, do centro-sul e da elevada renda. Vulnerável a quê? vulnerável a quem? Entre um dos apagamentos no conflito da linguagem, desaparece o opositor do termo vulnerável: vulnífico, aquele que pode ferir ou aquele que fere. Este texto não se esgota, pois a dimensão do outro fez emergir as relações de poder e as condições da experiência, das novas tecnologias e dos velhos discursos. Os pobres, feios, sujos, descarados, desavergonhados, deseducados fazem parte de uma circulação midiática e, em alguma medida, difundem-se com uma intensificada troca, alicerçados pela tecnologia eletrônica e prática em rede. A disseminação de dispositivos de tecnologia móvel e conectada interfere nos modos de aparição de excluídos ou marginalizados da periferia (favelas, invasões, morros<sup>11</sup>). A exibição dos espaços, da imaginação, das expressividades e a ampla circulação desenvolvem alguma subjetivação política? Anuncia-se um conflito entre mundos? Que sujeitos políticos emergem? Como a linguagem e a tecnologia podem ser elementos de continuidades, mas também descontinuidades nos processos de transmissão das práticas sociais, no tempo? Transforma-se a esfera pública? Como a estrutura eletrônica e virtual afeta a ação comunicativa da esfera pública e o lugar do produtor e do emissor, na economia informacional e cultural?

---

<sup>10</sup> <<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm#sileiro>>.

<sup>11</sup> Diferentes denominações conforme diferentes regiões brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Manual operacional para comitês de ética em pesquisa**. 4. ed. Brasília: Ed. do Ministério da Saúde, 2007. (Série CNS Cadernos Técnicos, Serie A: Normas e Manuais Técnicos).

FUNDAÇÃO SEAD. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS: Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo – Metodologia**. Fundação Seade / Secretaria de Economia e Planejamento – Governo do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=5072>

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008.

MOTTER, Maria Lourdes. Organizações Não-Governamentais: espaço de construção e prática da cidadania. In: Maria Cristina Castilho Costa. (Org.). **Gestão da Comunicação: Terceiro Setor: Organizações Não-Governamentais: responsabilidade social e as novas formas de cidadania**. 1ed. São Paulo: Atlas, 2006, v. 1, p. 21-3

RIBEIRO, Eveline. Análise das categorias cidadania, direitos, pobreza e assistência social no discurso oficial do Programa Fome Zero. **Emancipação (UEPG)**, v. 1, p. 163-188, 2006

RODRIGUES, Lylian. Cultura como um campo de conflito. **Revista Latinoamericana de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 11, n. 6, p. 64-73, 2010.